



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS HISTÓRICAS E TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO SERVIÇO SOCIAL E SUAS INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Clarice Tavares Fonseca¹
Julliane Trindade de Oliveira²
Jozeneide de Sales Souza³

Resumo: A partir de uma análise teórica, objetivou-se apreender como as principais tendências históricas e teórico-metodológicas do Serviço Social influenciam a formação profissional contemporânea das/dos assistentes sociais. Discussão teórica a partir de livros, artigos que tratam da formação das assistentes sociais, além das Diretrizes gerais do curso de Serviço Social, cujo direcionamento norteia o currículo pleno e perfil profissional. O trabalho encontra-se organizado, primeiro, na contextualização histórica da profissão, segundo, a formação contemporânea, por fim, a análise das diretrizes do curso.

Palavras chaves: Serviço Social. Formação profissional. Diretrizes curriculares. Contemporaneidade.

Abstrac: Based on a theoretical analysis, the objective was to as the main historical and theoretical-methodological tendencies of Social work influence vocational training of the social workers. Theoretical discussion at from books, articles dealing with the training of assistants social guidelines, in addition to the General Guidelines of the Social Work course, directing the full curriculum and professional profile. The work is organized, first, in the contextualisation of historical background of the profession, secondly, contemporary order to analyze the course guidelines.

Key words: Social work. Professional qualification. Curricular guidelines. Contemporaneity.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social, enquanto categoria profissional, partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais, assume, na relação capital-trabalho, um caráter mediador. A profissão encontra nas relações de desigualdades, ocasionadas pelo modo de produção e sociabilidade capitalista, seu objeto de atuação. Isto é, são as expressões da questão social, em toda sua diversidade e complexidade, os “materiais de trabalho” dos assistentes sociais.

O Serviço Social, na contemporaneidade, é norteado por uma gama de valores éticos e políticos vinculados à classe trabalhadora, à defesa dos direitos humanos e sociais, da

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: claricetavares10@hotmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: claricetavares10@hotmail.com.

³ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: claricetavares10@hotmail.com.

liberdade e da autonomia dos sujeitos, estabelecidos pelo Código de Ética. Esse compromisso legalmente assumido é, teoricamente, embasado pela perspectiva da dialética marxista, devendo ela estar presente no cotidiano profissional, sobretudo, mediante o viés investigativo da profissão. Ou seja, o assistente social deve ser comprometido em analisar seu objeto em suas dimensões universais e singulares, entendendo as repercussões de uma sobre a outra, e reconhecendo-o como um produto do sistema capitalista.

Contudo, apesar de a profissão ter estado sempre em condição de mediadora entre os interesses das classes antagônicas do capitalismo, ela não ocupou desde o seu surgimento uma posição política favorável aos interesses dos trabalhadores. Ao contrário, o Serviço Social, no Brasil, especialmente, nasce como instrumento coercitivo do grande capital. Nesse cenário, o compromisso da profissão era com o desenvolvimento industrial e, por conseguinte, econômico do país, e com os valores tradicionais burgueses.

Tendo em vista o percurso histórico da profissão até a consolidação do Serviço Social contemporâneo, é de suma importância o reconhecimento da categoria como uma construção social, política e histórica ainda em movimento. Consequentemente, compreender, que as posições assumidas pela profissão atualmente, as quais foram explicitadas acima, podem ser reafirmadas com mais ou menos força, ou até transformadas novamente de acordo com o momento histórico, é fundamental.

Assim sendo, o intuito desta pesquisa é identificar de que modo o projeto de formação profissional em Serviço Social, compreendendo as principais tendências teóricas e metodológicas, vivenciadas pela profissão em sua trajetória histórica, se apropria dessas transformações no processo de “construção” de futuros (as) assistentes sociais. Melhor dizendo, como essa história, imbuída de contradições e mudanças, se faz presente no projeto de formação profissional do Serviço Social, no âmbito da graduação.

A pesquisa foi realizada a partir de bibliografias que tratam do tema – artigos, livros e periódicos – e documentos voltados para o ensino do Serviço Social, como o documento da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), por exemplo, que propõe as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996).

Diante disso, realizou-se uma análise histórica da profissão, abarcando as teorias e métodos que a orientaram, assim como, e de igual importância, os princípios éticos e políticos, seguidos pela categoria em cada período. Em seguida, exploramos a proposta de Diretrizes da ABEPSS e a resolução nº 15 (2002), considerando as transformações na imagem do Serviço Social brasileiro.

CONTEXTUALIZANDO HISTORICAMENTE O SERVIÇO SOCIAL, SUAS TEORIAS E MÉTODOS

É necessária, primeiramente, a compreensão do Serviço Social enquanto um produto histórico, assim como, o Estado e o modo de produção capitalista, com os quais mantém uma interligação intrínseca desde a sua gênese. Dessa forma, entende-se que as suas variações são mediadas por eles, tendo em vista que a profissão atua sobre as relações de desigualdades ocasionadas pelo modelo produtivo, e, esse, por sua vez, associado e fortalecido pelo Estado. Além do que, é, sobretudo pela instância estatal, que o Serviço Social assume sua função social. Assim sendo, é basilar o entendimento das implicações das mudanças nas configurações do Estado e do capital, na dinâmica do fazer profissional, e seus elementos constitutivos, no processo histórico da profissão.

O Serviço Social ganha o caráter de profissão pós desvinculação com as escolas católicas e as filosofias religiosas, que o embasavam, e mediante a associação com teorias que, apesar de não se distanciarem totalmente, não eram guiadas cegamente por ideias cristãs, mas possuíam legitimação científica e técnica. Assim sendo, a partir dos anos 1950, o Serviço Social aproxima-se, não homogeneamente, à teoria estrutural-funcionalista. Essa aproximação é fortalecida através da Perspectiva Modernizadora do Serviço Social, em curso a partir de 1964, a qual corresponde à porta de entrada para a renovação da profissão.

Esse contexto corresponde ao período da ditadura militar brasileira que Netto (2015) denominou de “*autocracia burguesa*”. O Estado autocrático burguês objetivava, principalmente, induzir o processo de centralização e concentração de riquezas associado à modernização. Dessa forma, o Brasil estabeleceu uma maior dependência com o capital internacional e se comprometeu com o capital monopolista, em detrimento da classe operária, que, por sua vez, vivenciava o aprofundamento da pobreza e extrema pobreza.

Analisando quantitativa e qualitativamente o período ditatorial, não resta nenhuma dúvida de que esta projeção histórico-societária, a que cabe perfeitamente a caracterização de modernização conservadora, realizou-se exemplarmente, amarrando toda a ordenação econômica brasileira. (NETTO, 2015, p. 48).

De acordo com Netto, “erodida a base do Serviço Social tradicional”, a reflexão profissional se desenvolveu diferencialmente “[...] em três direções principais, constitutivas precisamente do processo de renovação” (NETTO, José Paulo, 2015, p. 200). Considera-se a Perspectiva Modernizadora a primeira dessas direções, o início do processo de renovação do Serviço Social no Brasil. Essa perspectiva fazia do Serviço Social um instrumento do grande capital, atuando como fomentador do desenvolvimento e da modernização do país. Contudo, o compromisso do Serviço Social com o capital é característico desde a sua forma “tradicional”.

Diante disso, o caráter modernizador, nessa fase, dá-se devido aos aparatos teóricos e metodológicos de caráter estrutural-funcionalista, adotados no fazer profissional, visto a necessidade de se legitimar técnica e cientificamente enquanto profissão.

No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses “modernos” [...] (NETTO, 2015, p. 201).

O auge dessa perspectiva foram os seminários de Araxá e Teresópolis, assim como, as principais obras relacionadas a ela, são os documentos elaborados neles.

[...] é indubitável que neles se alcançou a mais expressiva síntese de um dado modo de conceber o Serviço Social no contexto brasileiro: um instrumento profissional de suporte a políticas de desenvolvimento – de onde, a partir deste traço sintético, a justeza de considerá-los exemplares. (NETTO, 2015, p.215).

A seguinte perspectiva é a de *Renovação do Conservadorismo*. Ela surge como nova proposta de mudança na atuação do Serviço Social, o qual passa a considerar o indivíduo na sua subjetividade. Por fortes influências da psicologia, esse viés se embasou na fenomenologia, visto que a finalidade era compreender os sujeitos em suas inter-relações, e, para isso, o estrutural-funcionalismo não era adequado. Por último, tem-se a Perspectiva de Intenção de Ruptura, que emerge discretamente em 1972 no quadro da estrutura universitária, como afirma Netto (2015).

[...] esta perspectiva aí permanecerá como inteiramente marginal até o fim daquela década; só na virada do decênio é que ganha repercussão para além dos muros da academia [...] tornando-se, em meados de 1980, um interlocutor tão destacado no debate dos assistentes sociais, que, inclusive, pode oferecer ao observador desavisado a impressão (falsa) de desempenhar na representação profissional um papel hegemônico. (NETTO, 2015, p. 315).

A perspectiva de Intenção de Ruptura possui a oposição à autocracia burguesa como sua principal característica, assim, também, se colocou contrária às duas vertentes que a antecederam. Não por acaso, essa vertente se fortalece no período de redemocratização brasileira, tendo em vista que suas teorias confrontavam o regime ditatorial, além de que, estavam intimamente ligadas a correntes marxistas. Diante disso, “a perspectiva de intenção de ruptura depende, mais que outras tendências operantes no Serviço Social, de um clima de liberdades democráticas para avançar no seu processamento.” (NETTO, 2015, p.317).

Segundo Netto, a Intenção de Ruptura possuiu três momentos fundamentais: sua emersão, sua consolidação e seu espraiamento sobre a categoria profissional. Como já ressaltamos, ela emerge em 1972, no seio da Universidade Católica de Minas Gerais, contudo, fica “*enclausurada*” nos muros da universidade, até meados dos anos oitenta – quando inicia-se sua consolidação – considerando que, na época, o Serviço Social possuía, majoritária e legitimamente, uma posição política favorável às classes dominantes.

A consolidação dessa perspectiva, que se realiza, primeiramente, academicamente, acontece na década de 80, e se estabelece com base no que foi construído, sobretudo teoricamente, no momento de emersão. A obra característica e fundamental desse momento é o *estudo de Marilda lamamoto*, para além da consolidação acadêmica, “[...] com a elaboração de lamamoto, a vertente da intenção de ruptura se consolida no plano teórico-crítico.” (NETTO, 2015, p. 382). Resumindo a obra de lamamoto, segundo Netto:

Ela consiste no primeiro tratamento rigoroso do Serviço Social, no interior da reflexão brasileira, que apreende a instituição profissional na perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética haurida a partir de um trabalho sistemático sobre a fonte marxiana; e mais: as resultantes desta apreensão, pela sua natureza mesma, infletem os rumos do debate profissional, qualificando-o teórica e politicamente. (NETTO, 2015, p. 382).

É, então, alicerçado nesses dois momentos anteriores e com uma massa crítica nova, que a intenção de ruptura adentra no seu terceiro momento, o contemporâneo: espraiamento pela categoria profissional.

Abrindo-se por volta dos anos 1982-1983, favorecido pela conjuntura da transição democrática, ele assinala a inserção e o protagonismo das posições vinculadas à perspectiva de que nos ocupamos em todas as instâncias da vida profissional. (NETTO, 2015, p. 382).

Em suma, “[...] a perspectiva de intenção de ruptura não é apenas um vetor legítimo do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – evidencia-se o seu potencial criativo, instigante e, sobretudo, produtivo.” (NETTO, 2015, p.340).

Diante disso, o Serviço Social contemporâneo se reconhece hegemonicamente enquanto uma profissão crítica-interventiva – produto desse processo de construção (e desconstrução) intelectual e metodológica – cujo objeto de intervenção constitui-se nas expressões da questão social, definidas enquanto relações de desigualdades operacionalizadas pelas contradições do sistema capitalista. Assume valores e princípios ético-políticos, comprometidos com a classe trabalhadora na perspectiva da garantia e promoção de direitos, e com autonomia plena dos sujeitos, compreendendo, assim, o compromisso com um projeto societário que a possibilite, visto que tal autonomia é impossível dentro dos interesses do capital. Somado a isso, exige-se do/a assistente social a capacidade teórico-crítica, embasada pela perspectiva materialista-dialética de análise da realidade, ou seja, necessita-se que o profissional possua capacidade de, em sua investigação e intervenção, identificar e fundamentar as implicações históricas e sociais imbricadas no seu objeto.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTEMPORÂNEA: LEGADO DE UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

Seria ingenuidade pensar a história do Serviço Social desassociado da história do modo de produção e sociabilidade capitalista. É sabido que o seu surgimento se constitui enquanto

necessidade do patronato estatal e industrial em associação com a Igreja Católica, e esse compromisso, sobretudo com o Estado e o grande capital, é mantido até meados do final da década de 1970. No entanto, como parte de uma sociedade permeada por contradições e conflitos, mesmo que a hegemonia da profissão fosse favorável a ordem burguesa, existia, no seio da categoria profissional, principalmente no âmbito acadêmico, indagações no que diz respeito à posição político-ideológica. Esses questionamentos são tencionados no contexto de crise do golpe militar brasileiro de 1964 – a *autocracia burguesa*. É, então, nesse novo terreno, que se inicia o processo de gestação do Serviço Social contemporâneo. Consideremos, assim, também a gestação de um novo projeto de formação profissional.

É a partir do início da década de 1980, que o Serviço Social, hegemonicamente, contrapõe-se à ordem capitalista e aos seus antigos modelos tradicional e modernizador, contudo, de forma, predominantemente, teoricista. Dito de outra forma, existiam limites e dificuldades de materialização, no que se refere à nova roupagem da profissão, embora os princípios assumidos por ela, nesse momento, dispusessem de uma perspectiva progressista dotada de criticidade, embasada pela abordagem materialista dialética. Diante disso, o *Currículo Mínimo para os Cursos de Serviço Social*, datado de 1982, já possui um posicionamento ético-político e ideológico vinculado às classes populares. Todavia, torna-se insatisfatório diante do cenário econômico e, concomitantemente, político, da década de 1990. Esse que, transformando as expressões da questão social – eixo fundante do Serviço Social – transforma a intervenção profissional na realidade social. Posto isso, é nítida a necessidade de atualização do projeto de formação profissional, a fim de acompanhar a maturidade do capital e da profissão.

Dessa forma, o desenho de construção da formação profissional “madura” tem início com o Currículo de 1982, mas é com a elaboração das propostas das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), em 1996, e a adoção delas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), no ano de 2002, que o projeto de formação profissional condizente com as mudanças da década de 1990, ainda em curso, é consolidado.

As novas diretrizes são estruturadas em três núcleos temáticos, nos quais são distribuídos os componentes curriculares, sendo eles: o núcleo de *fundamentos teórico-metodológicos da vida social*, correspondendo aos componentes que dão base à compreensão da dinâmica social na sociedade burguesa; o núcleo de *fundamentos sócio-históricos da sociedade brasileira*, que, como o nome sugere, compreende as formulações da sociedade

brasileira; e por último, os *fundamentos do trabalho profissional*, que concerne ao debate da profissão (IAMAMOTO, 2014).

Levando em conta que algumas expressões do conservadorismo na sociedade brasileira ainda permanecem na atualidade, podendo se manifestar na formação profissional do assistente social, se faz necessário compreender os fundamentos do Serviço Social e da formação da profissão, analisando as relações sociais dentro do espaço e no tempo. Na contemporaneidade, pode se perceber a expressão do conservadorismo na sua reatualização “[...] a exemplo do Programa Escola sem partido e do Processo de militarização de escolas.” (ADRIANO E GUAZZELLI, 2016, p.253).

Dessa forma, a formação profissional do assistente social está ligada diretamente a três dimensões que historicamente sofreram transformações e que sugerem desafios para a profissão: o mundo do trabalho, o Estado e a cultura.

O mundo do trabalho é permeado pelas crises e, como estratégia, as empresas têm investido em tecnologias para aumentar sua produção, desse modo, tendem a aumentar o exército industrial de reserva, reduz-se o valor da mão de obra e aumenta a precarização das relações de trabalho.

Em síntese, o novo estágio de desenvolvimento capitalista, cujas, tendências parecem ser irreversíveis [...] tem reforçado a fragmentação social, aumentando a diferenciação das classes, ampliando as desigualdades sociais, alterando radicalmente o mercado de trabalho [...]. (IAMAMOTO, 2014, p.179)

As formas antigas de trabalho ainda permeiam a sociedade brasileira no momento atual. Diante dessa realidade, aumenta-se a demanda por profissionais do serviço social. No entanto, esses profissionais devem, na sua formação, estarem capacitados para entender como se dá a expansão capitalista na modernidade, para que possam agir em prol da classe trabalhadora, bem como, atender as demandas dos empregadores, fazendo aí um equilíbrio entre as partes do processo.

Segundo Iamamoto (2014, p.181) “[...] O resultado tem sido, no âmbito das políticas sociais, a destruição e a desorganização das instituições e serviços públicos, [...] transferindo os mecanismos de proteção do Estado para os oligopólios. [...]”, desse modo, os espaços públicos vão sendo reduzidos e, os privados, ampliados, onde a classe dominante usa o Estado ao seu favor para se manter privilegiada.

Quando se fala sobre o mercado de trabalho para o assistente social na contemporaneidade, é notório que a atuação desse profissional foi redimensionada e o espaço para sua ação também. O campo de trabalho para esse profissional é bem vasto e suas atividades bem diversificadas, como afirma Iamamoto:

[...] observa-se, assim, uma transformação do tipo de atividades que foram tradicionalmente atribuídas ao assistente social, exigindo-lhe, por exemplo, cada vez mais sua inserção em equipes interdisciplinares, o seu desempenho no âmbito de formulação de políticas públicas, impulsionadas pelo seu processo de municipalização; o trato do mundo da informática, a intimidade com as novas técnicas e discursos gerenciais, entre muitos outros aspectos [...]. (IAMAMOTO, 2014, p.183)

Mediante essas transformações, há quem diga que o assistente social está perdendo espaço ou sendo desprofissionalizado. No entanto, a formação e qualificação desses profissionais têm que se adequar ao momento atual para sua permanência no mercado.

O terceiro ponto ou dimensão que sofre mudanças é o da cultura, que passa por uma discussão em torno da pós-modernidade e vive uma grande recusa das ciências sociais e das teorias marxistas.

Quanto às transformações ocorridas na formação profissional do assistente social, é que se entende que esses profissionais seguem, ou devem seguir, a dinâmica da sociedade, pois ela é quem move e traz a utilidade a esta profissão.

Por isso, considera-se que o ensino profissional necessita, não só se estruturar para uma formação plena, capaz de habilitar o assistente social no desempenho de suas atribuições técnico-funcionais por meio do exercício da crítica teórica e de uma prática responsabilmente desenvolvida, mas também necessita de investir no desenvolvimento de uma identidade profissional fortemente concentrada nos valores veiculados pelas instituições regulamentadoras da profissão e que realmente ancoram toda esta diversidade e inovações emergentes. (GENTILLI *in* Temporalis 2, 2002, p.147).

A formação profissional deve ser bem esclarecida, quanto ao que será produzido por suas ações em prol da sociedade, e deve o assistente social compreender qual propósito da sua identidade profissional. Esta clareza deve ser apreendida, inicialmente, por meio das unidades de ensino e, depois, nos estágios supervisionados. Entende-se ainda que o fortalecimento da profissão seja favorecido pelo projeto político pedagógico atual, onde são considerados, além das teorias, o diálogo e parceria entre as diversas categorias, que possibilitam um trabalho multidisciplinar e mais humanizado.

ANÁLISE DAS DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (1996) PROPOSTA PELA ABEPSS E DA RESOLUÇÃO Nº 15 DE 2002 DO CNE

Da necessidade de revisão do Currículo Mínimo de 1982, diante da nova conjuntura, é que nascem as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, proposta em 1996, pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), correspondente à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), atualmente. As novas diretrizes originam-se mediante amplos debates entre a ABEPSS e as unidades de ensino, e configuram-se em um currículo centrado “[...] na análise da questão social e nos fundamentos teóricos e

históricos da profissão [...]” (FALEIROS *in* Temporalis 2, 2002, p.166). Tal proposta é oficializada apenas em 2002 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a partir da resolução nº 15, de 13 de Março de 2002, na qualidade de documento oficial das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. O documento sintetiza o que foi proposto pela ABEPSS em três páginas, que esboçam, em linhas gerais, os principais aspectos para a formação profissional de qualidade em Serviço Social.

O documento da ABEPSS (1996) estabelece alguns pressupostos à formação profissional contemporânea, através dos quais é possível iniciar a análise no que se refere ao processo de maturação do Serviço Social e, conseqüentemente, a formação de seus profissionais. De forma ampla, pressupõe-se o preparo de um profissional capaz de intervir nas expressões da questão social, entendendo que essa intervenção é viabilizada por processos sócio-históricos e teórico-metodológicos, que devem estar vinculados ao trabalho do/a assistente social e, compreendendo que foram as transformações produtivas e políticas que justificaram as mudanças da ação profissional – diz respeitando a forma de intervenção e as abordagens políticas e teóricas que a sustentam. Dessa forma, requer-se do profissional em Serviço Social ciência de que seu processo de trabalho é orientado pelas expressões da questão social e pelas distintas respostas dadas a elas, considerando a correlação de forças presente na sociabilidade do capital (ABEPSS, 1996).

Logo, identifica-se a necessidade do/a Assistente Social conhecer como se deu a relação da profissão com a sua categoria fundante, *a questão social*, nos diversos contextos históricos que perpassaram o Serviço Social, a fim de entender o “salto” para a sua transformação. Tendo em vista essa colocação, nota-se nas diretrizes a preocupação em considerar que o caminho percorrido pelo Serviço Social, assim, todas as posturas adotadas, é de fundamental importância para a profissão em seu caráter atual, considerando que é “refazendo” esse caminho que se torna possível compreender a relação da profissão com a questão social.

Além disso, antes das diretrizes curriculares, a proposta da ABEPSS (1996) firma alguns princípios para fundamentar a formação profissional, dentre eles, o segundo princípio merece maior atenção perante a nossa análise, visto que demanda “*Rigorous trato teórico, histórico e metodológico da totalidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social*” (ABEPSS, 1996, p. 6). Partindo desse princípio, vê-se necessidade do Serviço Social colocar-se como objeto de estudo para si, de forma paritária com o estudo

sócio-histórico da realidade. Diante disso, é indispensável a apreensão do Serviço Social em seus diferentes momentos históricos, sempre associados às teorias e métodos assumidos.

No entanto, o rigor e as requisições dos demais princípios, sobretudo, a defesa de uma teoria crítica para a investigação e intervenção profissional, considerando as relações universais, particulares e singulares, na análise da realidade, e a defesa da ética e do pluralismo, expressam a positiva metamorfose do Serviço Social para a contemporaneidade. Tendo em vista que, a intervenção profissional e a perspectiva de análise do Serviço Social até final dos anos 1970, na vertente modernizadora e na reatualização conservadora, era focalizada, fragmentada, culpabilizante e, por vezes, policialesca, negando a historicidade das expressões da questão social e as contradições inerentes ao modo de produção e sociabilidade capitalista.

Por conseguinte, têm-se as *diretrizes curriculares*, evidenciando-se a premissa de que, conhecer o Serviço Social contemporâneo, implica no conhecimento da sua trajetória até colocar-se como tal, apreendendo as distintas tendências históricas, teóricas e metodológicas que o fundamentaram nesse percurso. Somado a isso, visando a íntima relação do Serviço Social com o capitalismo desde a sua gênese, compreender o processo histórico de formação da profissão implica, obrigatoriamente, na lucidez da dinâmica de construção e transformação do modelo produtivo e social em questão, assim sendo, faz-se necessário o estudo da profissão correlacionado com a apreensão histórica dele, tanto em seu momento atual, quanto em configurações anteriores.

A resolução nº 15 de 2002, sintetiza os pressupostos, princípios e diretrizes da formação profissional presentes no documento proposto pela ABEPSS (1996) em: *perfil dos formandos, competências e habilidades*. No que concernem as influências das tendências históricas, teóricas e metodológicas do Serviço Social na formação profissional, a resolução reafirma o que é colocado pela ABEPSS (1996). A princípio, ao indicar um perfil de profissional crítico e propositivo, a fim de atuar diante das expressões da questão social, demonstrando a indispensabilidade da compreensão do Serviço Social, em sua totalidade, buscando entender, sobretudo, sua histórica correspondência com as relações de desigualdade no sistema capitalista. E, em seguida, de modo ainda mais específico, ao revelar enquanto competência e habilidade a necessidade da “[...] compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, [...] desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade.” (CNE, 2002, p. 1).

Colocada a necessidade e importância, evidenciada em ambos os documentos, de compreender o Serviço Social em sua totalidade, a nova lógica curricular apresentada pela proposta da ABEPSS (1996) e absorvida pela resolução do CNE (2002), traz, no *Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional*, disciplinas – as quais se propuseram denominar: *Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social* – que se configuram na apreensão do Serviço Social, enquanto uma especialização do trabalho coletivo, a partir da sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica (CNE, 2002). Explanando acerca da relação da profissão com as expressões da questão social, no decorrer do seu processo de maturação, isto é, até a contemporaneidade, bem como, explicitando as abordagens teórico-metodológicas do fazer profissional diante do objeto de intervenção – expressões da questão social – correlacionando com sistema capitalista e momento histórico vivenciado pelo país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o processo sócio-histórico do Serviço Social, suas teorias e métodos, nos propomos compreender como esses elementos se colocam enquanto constitutivos da formação profissional. Mais precisamente, de que forma as posturas assumidas pela profissão na sua trajetória histórica incidem na formação profissional contemporânea, a partir da análise da Proposta de Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social da ABEPSS e a resolução nº 15 de 13 de Março de 2002.

A partir das análises realizadas nos documentos, além da discussão teórica presente nos demais referenciais teóricos, pode-se identificar três principais resultados a serem ressaltados. Primeiro, no que concerne aos pressupostos da formação profissional presentes no documento proposto pela ABEPSS, visto que eles, dentre outros aspectos, evidenciam a necessidade e importância de compreender a relação do Serviço Social com a questão social em sua totalidade. Dessa forma, importa trazer a trajetória histórica da profissão à formação profissional. Segundo, esse mesmo documento traz, em sua composição, um rol de princípios, dos quais, no presente trabalho, foi abordado, um em especial, que trata do rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, indicando como fundamental a apreensão da construção intelectual e metodológica do serviço social junto às configurações do sistema capitalista, tendo em vista uma intervenção profissional qualificada e propositiva.

Posto isso, o terceiro resultado, compreende aspectos presentes, especificamente, no tópico das diretrizes formuladas pela ABEPSS que, em suma, expressam enquanto primordial o

conhecimento do Serviço Social – sendo uma especialização do trabalho coletivo, atualmente comprometido com a garantia dos direitos e a emancipação política dos sujeitos – em todas as suas vertentes, perspectivas de análise e atuação nas diferentes configurações sócio históricas do Brasil e do capitalismo. Como descrevemos precisamente no desenrolar desse relatório, a resolução nº 15 de 2002, sintetiza todos esses aspectos.

Torna-se nítida a relevância desta “visita” ao passado da profissão, enquanto elemento indispensável à fundamentação profissional, de forma mais precisa, quando se materializa na dinâmica curricular obrigatória disciplinas que compreendem o estudo do Serviço Social, em diálogo com as conformações do sistema capitalista. Disciplinas que, por sua vez, trabalham de forma articulada história, teoria e método da profissão, fazendo-se compreender as imbricações políticas e econômicas, justificam as distintas intervenções profissionais no processo constitutivo da profissão, bem como, as implicações delas para a construção e maturação do Serviço Social contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Relatório da Oficina nacional para implementação das Diretrizes Curriculares. *Temporalis*, Brasília, v. 2, n. 1, p.209-219, jul. 2000.

ABESS. Diretrizes Gerais Para o curso de Serviço Social. IN *CADERNOS ABESS*. 1996.

ABESS. *Diretrizes Gerais Para o curso de Serviço Social*. 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2019.

CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. *Temporalis*, Brasília, v. 2, n. 1, p.7-17, jul. 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. Aonde nos levam as diretrizes curriculares. *Temporalis*, Brasília, v. 2, n. 1, p.163-177, jul. 2000.

GUAZZELLI, A.; ADRIANO, A.L. Formação profissional em serviço social: Fundamentos e desafios ético-políticos. *Temporalis*, v. 16, n. 31, p. 237-260, 2017.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In *Serviço Social & Sociedade*, p. 609-639, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na cena contemporânea*. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 15-50, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios

NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. v. 3, 1991.

PORTES, M. F.; PORTES, L. F. A formação profissional em Serviço Social no Brasil: uma trajetória construída por avanços e desafios. *Revista EmPauta*, v. 15, n. 40.